

O traçado das bandeiras paulistas entre o Vale do Ribeira e a região Planaltina Paulista

Lucas da Costa Machado Rios

Jorge Pimentel Cintra

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

lucas.machado.rios@usp.br; jpcintra@usp.br

Resumo

As formas de ocupação do território no início da ocupação portuguesa e espanhola, deixaram marcas que reverberam até os dias de hoje. Os caminhos para o sertão possibilitaram a formação de povoados que se tornaram vilas e cidades em nossos dias e determinaram traçados de deslocamento que em linhas gerais são os grandes eixos rodoviários atuais. Tendo em vista desvendar essas diretrizes estruturadoras da conformação do território atual, objetivou-se analisar dentre os possíveis caminhos trilhados pelos paulistas entre o século XVI e meados do século XVII, aqueles que se deram pela bacia do Rio Ribeira de Iguape. A metodologia aplicada teve como base os princípios aplicados pela atual engenharia de estradas, na determinação das diretrizes de traçado. Os dados levantados serviram de condicionantes para determinação dos chamados pontos obrigatórios de passagem, apoiado pelas possibilidades da cartografia digital e pelo Sistema de Informação Geográfica.

Palavras-chave: Bandeiras Paulistas, Itinerário das Bandeiras, Cartografia Digital

Abstract

The forms of occupation of the territory at the beginning of the Portuguese and Spanish occupation left marks that reverberate to this day. The routes to the *sertão* made it possible to form settlements that became towns and cities in our days and determined the routes of movement that, in general terms, are the main road axes of today. In order to uncover these structuring guidelines for the formation of the current territory, the objective was to analyze, among the possible routes taken by the people of São Paulo between the 16th century and the mid-17th century, those that followed the Ribeira de Iguape River basin. The methodology applied was based on the principles applied by current road engineering to determine the route guidelines. The data collected served as conditions for determining the so-called mandatory points of passage, supported by the possibilities of digital cartography and the Geographic Information System.

Keywords: Bandeiras Paulistas, Bandeiras Itineraries, Digital Cartography

Introdução

A passagem dos paulistas em território paranaense entre o século XVI e meados do século XVII pode ser estudada considerando algumas informações como: ocupação territorial dos povos indígenas, busca por minas de ouro e garimpo, aprisionamento dos indígenas, histórico de deslocamento dos viajantes, disputa territorial entre portugueses e espanhóis, feições geográficas e topografia do relevo.

Em começos do XVII, acentuaram-se as entradas no território do atual norte do Paraná e com isso o aumento do conhecimento do território. Os rios foram utilizados como meios de orientação e deslocamento, além dos caminhos por terra. O deslocamento margeando ou por meio de rios como Ribeira de Iguape, Paranapanema, Tietê e Paraná

facilitaram as expedições na direção do interior. Através das picadas, os índios e com eles os sertanistas atravessaram o território com técnicas de reconhecimento dos marcos geomorfológicos, como serras, rios, cachoeiras, a que foram dando nomes concretos, repetidos e aumentados de penetração em penetração. Estas trilhas chegaram a formar em algumas regiões uma verdadeira rede de acessos fazendo parte daquilo que se conhece como Peabiru (HOLANDA, 1994, p. 19-26).

Primeiras expedições por terra

As primeiras entradas forneceram as informações iniciais para os portugueses e espanhóis sobre como se deslocar no território recém ocupado. Notadamente, as passagens de Aleixo Garcia, Cabeza de Vaca, Ulrich Schmidel e Hans Staden. As indicações de corpos d'água, feições geográficas e aldeias indígenas são exemplos de referências espaciais que ajudaram a estabelecer caminhos que adentravam o continente.

Esses deslocamentos iniciais tinham como origem e destino por exemplo a baía de São Francisco, localizada atualmente em Santa Catarina, a vila espanhola de Assunção, a vila planaltina portuguesa de São Paulo de Piratininga e as vilas litorâneas de Santos, São Vicente, Cananéia e Iguape.

Em 1521 Aleixo Garcia partiu do Porto do Patos (atual ilha de Santa Catarina) na direção de Assunção após adquirir conhecimento em relação aos trajetos para o interior do continente, por meio da convivência com os guaranis localizados no litoral catarinense. Juntamente com os guaranis, Garcia chegou à Cordilheira dos Andes, onde foi expulso pelos incas e posteriormente morto em 1525 (BERNAND; GRUZINSKI, 1994, p. 525-526).

O interesse em relação ao Rio da Prata devido às notícias de ouro e prata nessa região motivou Martim Afonso de Souza a enviar a expedição sob ordens de Pero Lobo em 1531 para o sertão a partir de Cananéia (NEME, 1959, p. 71-75; TAUNAY, 1924, p. 51-52). Posteriormente Cabeza de Vaca noticiou sobre o destino dos integrantes dessa expedição, os quais morreram provavelmente quando realizavam a travessia entre os rios Iguaçu e Paraná (CABEZA DE VACA, 2007, p. 125, p. 228). Posteriormente, as mortes dos integrantes dessa expedição serviram de pretexto para as chamadas guerras justas contra os carijós em 1585 (MONTEIRO, 1992, p. 53; NEME, 1959, p. 38).

A expedição de Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca partiu da baía de São Francisco em 1541, seguindo a direção de Assunção através do atual território paranaense. No relato de seu itinerário Cabeza de Vaca cruzou o rio Iguaçu, em seguida atravessou os rios Tibagi e Taquari até o povoado de Abangobi. Depois cruzou o rio Piqueri até alcançar novamente o rio Iguaçu de onde seguiu margeando até atingir a região dos saltos, cruzar o rio Paraná e posteriormente alcançar Assunção (CABEZA DE VACA, 2007, p. 117-127; MAACK, 2012, p. 75).

Em 1552, Ulrich Schmidel também cruzou o interior paranaense, percorrendo no sentido oeste-leste de Assunção para São Vicente em companhia dos Carijós. A expedição evitou cruzar as terras dos Guarani e dos Tupi, contornando-as através do rio Uruguai. Em seguida tomou a direção do Peabiru, percorrendo 100 léguas e passando pelas aldeias indígenas de Abapany e Schebetueba até chegar a São Vicente. Schebetueba ficava

provavelmente localizada no vale superior do rio Ribeira e Abapany era um aldeamento tupi-guarani localizado no Vale do Tibagi nas vizinhanças da atual cidade de Ponta Grossa. Na figura 01 pode-se observar a indicação de algumas aldeias indígenas dentre elas Schebetueba, em mapa portulano elaborado Johannes Blaeu em 1667 (BLAEU, 1667; MAACK, 2012, p. 76-84; SCHMIDEL, 1881, p. 82-86).

Também há relatos da passagem de Hans Staden pela costa litorânea dos atuais territórios catarinense, paranaense e paulista em sua segunda viagem ao Brasil em 1550, quando o navio em que ele viajava naufragou nas proximidades de Itanhaém, no trajeto entre Santa Catarina e a vila de São Vicente, em terras dos carijós. Segundo Staden, São Vicente estava em terras dos Tupiniquins que eram inimigos dos Carijós localizados ao sul e dos Tupinambás localizados ao norte (STADEN, 2008, p. 66-73).

Ressaltam-se também as expedições de Cristoval de Saavedra em 1551, seguindo o itinerário de Cabeza de Vaca e do capitão Juan de Salazar, em 1554 (NEME, 1959, p. 216). Também em 1554, três jesuítas dentre eles Pero Correia foram enviados para fazer contato com os Carijós da região do Guairá. Eles foram mortos logo depois da entrada por Cananéia. Os jesuítas pretendiam estabelecer acesso ao Rio da Prata através das terras dos Carijós (ANCHIETA, 1933, p. 74-84).

As entradas para o interior até meados do século XVI forneceram informações sobre povos indígenas como os Guarani que eram conhecidos pelo trato com a terra, gerando o interesse dos Jesuítas, portugueses e espanhóis. O padre Anchieta em uma carta ao padre Nóbrega, datada de 1554, relata que os índios chamados de Carijós, os quais conviviam com os espanhóis, eram amigáveis. Outro ponto que despertou o interesse dos jesuítas foram as notícias de metais preciosos na região (ANCHIETA, 1933, p. 47-49).

Ocupação Territorial dos Povos Indígenas nos séculos XVI e XVII

A localização dos povos indígenas nesse período em território paranaense apresenta um grande desafio espacial, pois a ocupação não era homogênea devido às migrações das diferentes etnias no território, às alianças e hostilidades entre tribos e às migrações de inspiração profética, em busca da “terra sem mal” ou segundo o padre Montoya do “solo intacto, que não foi edificado” (MONTEIRO, 1992, p. 477, p. 480-482).

O mapa desenvolvido pelo etnólogo Curt Nimuendajú (INSTITUTO, 1980) fornece um panorama geral das possibilidades de ocupação e deslocamentos estabelecidos pelos povos indígenas nos séculos XVI e XVII. Na Figura 02 pode-se observar trecho desse mapa para os atuais Estados de São Paulo e Paraná, onde havia uma predominância dos Carijós na bacia hidrográfica do alto Iguaçu, nos campos de Curitiba e faixa litorânea. Os Kaingang estavam localizados na bacia hidrográfica do rio Ribeira. Os Guarani estavam concentrados no segundo e terceiro Planalto paranaense, enquanto que os Tupi estavam localizados na bacia do rio Tietê e litoral.

As regiões dos campos e das florestas de araucária eram ocupadas prioritariamente por grupos caçadores e coletores, destacando-se por exemplo os ancestrais dos Kaingang que eram adversários dos Guarani, portugueses e espanhóis a partir do século XVI (MONTEIRO, 1992, p. 477). Monteiro (1992, p. 480) levanta a

possibilidade de recuos estratégicos de populações indígenas para regiões de acesso mais difícil, após a ocupação europeia. Isso justificaria a localização dos Guarani no interior entre o segundo e terceiro planalto paranaense.

Nota-se que além das dificuldades de orientação para o deslocamento no território, havia os conflitos entre povos indígenas inimigos, como as rivalidades entre Guarani e Kaingang ou entre os Tupiniquins e Tupinambá. O caminho dos indígenas conhecido como Peabirú era também utilizado como referência espacial em relação às áreas ocupadas pelos diferentes povos indígenas, além de servir para realização de trocas e deslocamento. Essa dinâmica de vivência entre os povos indígenas ganhou novos contornos com o início da ocupação territorial pelos portugueses e espanhóis, aumentando as rivalidades e disputas por território (MONTEIRO, 1992 p. 480, 1994 p. 26; HOLANDA, 1994, p. 25; CHMYZ; SAUNER, 1971, p. 24-25).

A faixa territorial inicialmente ocupada pelos portugueses teve a vila de São Vicente como primeiro ponto de apoio para um processo contínuo de expansão territorial. No litoral essa faixa foi sendo estendida mais ao sul até a baía de Paranaguá. Pode-se constatar através da passagem de Staden pelo porto de Superagüí em 1550, entrada para a baía de Paranaguá, onde encontrou portugueses aliados dos Tupiniquins e inimigos dos Carijós, possivelmente os povos Kaingang ou Guarani localizados no interior do continente (NEME, 1959, p. 57-61, p. 74-75; STADEN, 2008, p. 57).

A Relação entre os Povos Indígenas e Portugueses

A relação entre os portugueses e os povos indígenas era estabelecida basicamente em quatro condições: aliados, aldeados, prisioneiros por guerras consideradas justas e prisioneiros por resgate. A condição dos indígenas aldeados ocorria através dos chamados descimentos. Tal processo consistia no convencimento dos indígenas para se deslocarem de suas aldeias para os aldeamentos que estavam próximos das colônias e vilas (PERRONE-MOISÉS, 1992), p. 118-119.

Além disso, havia os indígenas aliados também conhecidos por “tapuias amigos”. Os indígenas aldeados e aliados cuidavam dos afazeres diários, da manutenção das fazendas e da defesa das colônias e vilas contra os ataques de indígenas hostis e estrangeiros (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 121).

As entradas paulistas para aprisionamento de indígenas considerados inimigos foi outro fator que motivou a exploração do interior do território. A justificativa para o aprisionamento procedia da chamada guerra justa, que constava na prática de hostilidades e quebra de pactos por parte dos indígenas considerados inimigos. Houve guerras declaradas justas cujo propósito era econômico e as justificativas provocaram controvérsias (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123-124).

Outra forma de escravização dos indígenas foi por intermédio de indígenas aliados que aprisionavam etnias rivais e trocavam estes por objetos como anzóis e enxadas. Essas trocas eram conhecidas como regastes e foram regulamentadas através da lei de 1587. Em meados do século XVI a região dos Patos era um dos destinos preferidos pelos portugueses para a realização dos resgastes com os índios Guarani localizados no litoral

(MONTEIRO, 1994, p. 30-33, p. 62-65; PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 127-128; NEME, 1959, p. 139). No mapa *Brasilia* de Johannes Blaeu (Figura 01) pode-se verificar a indicação da região dos Patos e a da população Guarani da região sul.

A maioria dessas trocas ocorriam no litoral, em portos como o dos Patos (atual Laguna em Santa Catarina). Desde o início do século XVI, evidenciou-se a importância da região sul para os espanhóis e portugueses. Primeiramente porque locais como o dos Patos e a Baia de São Francisco eram pontos estratégicos para aqueles que seguiam para o rio da Prata e Assunção, através tanto por via fluvial como terrestre. Além disso, havia a relação favorável com os indígenas da região que estavam dispostos a estabelecer relações de troca, preservando os portugueses dos riscos provenientes das entradas mata a dentro (BERNAND; GRUZINSKI, 1994, p. 525-526; MONTEIRO, 1992, p. 490-491; NEME, 1959, p. 25, p. 161).

No sentido do interior continental, a fundação da vila de São Paulo em meados do século XVI foi um passo importante para a consolidação da ocupação planáltina pelos paulistas. Os padres Anchieta e Nóbrega, ao perceberem a importância da localização dos campos de Piratininga, ocuparam a região juntamente com os moradores da vila de Santo André da Borda do Campo. Isso facilitou as excursões exploratórias em busca de minas de ouro na direção do interior (FRANCO, 1940, p. 23-26; NEME, 1959, p. 158-160).

As Minas de Ouro na Serra de Paranapiacaba, Vale do Paranapanema, Ribeira e Campos Curitibanos

As incursões de Braz Cubas e Luiz Martins em 1562 pelo vale do rio Ribeira foram uma das primeiras explorações em busca de minas de ouro, próximo à atual cidade de Apiaí. A navegação no território contava com a associação entre portugueses e Tupis que propiciaram conhecimento sobre as trilhas e as formas de sobrevivência em uma região que no início da ocupação era inóspita (CALÓGERAS, 1904, p. 25; MAFFEI; NOGUEIRA, 1966, p. 16-19; NEME, 1959, p. 311-312; TAUNAY, 1924, p. 169-171).

Em meados do século XVI havia relatos de lavras de ouro a partir de Iguape, seguindo a bacia do Ribeira até Iporanga e Apiaí. Outro caminho era saindo de Itanhaém até as minas do Paranapanema através da Serra de Paranapiacaba e saindo de Paranaguá até os campos de Curitiba nas cabeceiras do rio Capivari, afluente do rio Pardo. O Caminho a partir de Itanhaém era também utilizado para alcançar o planalto e em seguida Assunção (NEME, 1959, p. 218).

A descoberta de minas de ouro em São Paulo e no Paraná não gerou grande interesse da Coroa Portuguesa, pois o ouro de lavagem explorado na região era de pequena monta e espaçadas em extenso território, impossibilitando uma fiscalização eficaz. Além disso, a imprecisão da legislação referente à exploração de minas como aquelas localizadas por exemplo na bacia do rio Ribeira de Iguape, nos Campos de Curitiba, no Paranapanema e Serra do Paranapiacaba contribuiu para o descaminho (MAFFEI; NOGUEIRA, 1966, p. 104-105, p. 113-115, p. 123-125; NEME, 1959, p. 317).

Nas Figuras 03 e 04 pode-se observar detalhes do Mapa Corographico da Capitania de São Paulo de 1792,

elaborado por Antônio Roiz Montezinho (MONTEZINHO, 1792), indicando a localização das minas de ouro na região compreendida entre as vilas de Itu, Curitiba, Bacia do Paranapanema e Itanhaém. Nota-se na Figura 04 a distribuição das minas no médio e alto Ribeira, em destaque a bacia do ribeirão Batatal, a calha do Ribeira entre os ribeirões Ivaporunduva e Pilões, e a vila de Apiaí. Verifica-se também nas Figuras 03 e 04 a indicação dos rios Pardo e São Sebastião e ribeirão Tatupeva na direção dos Campos de Curitiba.

A Relação entre os Povos Indígenas e a Ocupação Espanhola

As vilas espanholas de Ontiveros (1554) e Cidade Real do Guairá, (1557) foram as primeiras a surgirem na província do Guairá. Cidade Real do Guairá ficava localizada entre os rios Paraná e Piquiri, próximo das antigas Sete Quedas do rio Paraná. Em seguida surgiu Vila Rica do Espírito Santo em 1576 às margens do rio Ivaí (TAUNAY, 1924 p. 41-43; CHMYZ, 1976, p. 66-77).

Inicialmente, a dominação espanhola em relação aos Guarani ocorreu através da articulação de alianças. As relações entre os colonizadores espanhóis e a população Guarani era mantida através da *encomienda*, que era uma forma de serviço obrigatório imposto pelos colonos espanhóis aos Guarani em troca de proteção. Essa relação era vista pelos Guarani como uma forma de exploração, o qual motivou fugas e o estabelecimento de uma nova aliança dos Guarani com os missionários jesuítas (MONTEIRO, 1992, p. 482-483; TAUNAY, 1924, p. 87-95).

Os portugueses viram no aumento e concentração da população Guarani na província do Guairá uma oportunidade para expedições de apresamento (MONTEIRO, 1992, p. 492). Uma dessas entradas foi a de Jerônimo Leitão que seguiu até o alto Ribeira através de Paranaguá em 1585 na direção do rio Tibagi em busca dos carijós sob o pretexto das “guerras justas” (FRANCO, 1989, p. 210-211; TAUNAY, 1924, p. 155-156, p. 169-171).

A bandeira de Nicolau Barreto em 1603, voltando do território paraguaio, encontrava-se nas imediações do rio Piquiri, próximo da Vila de Cidade Real do Guairá (TAUNAY, 1924, p. 185-187; ATAS, vol. 2, p. 130). A bandeira de Nicolau Barreto partiu de Cananéia e subiu o rio Ribeira de Iguape na direção do Paraguai (ELLIS JUNIOR, 1948, p. 60-61).

A influência de cunho religioso na cultura Guarani contribuiu para o agrupamento dos Guarani em torno das missões jesuíticas. Os missionários jesuítas também eram vistos pelos Guarani como profetas que iriam conduzi-los para a “terra sem mal”. Do ponto de vista Guarani a relação com os missionários jesuítas tinha uma conotação religiosa pautada em suas tradições em contraposição ao mito da passividade guarani (MONTEIRO, 1992, p. 486-489).

Com a criação das Reduções Jesuíticas, nas proximidades da foz do Tibagi, de Nossa Senhora do Loreto e Santo Ignácio em 1610 os ataques de aprisionamento dessa época até fins da década de 1620 ampliaram a área de trânsito e visita, passando a compreender a região até os rios Paranapanema e Pirapó. (TAUNAY, 1924, p. 325-326; CORTESÃO, 1951, p. 209-221). Segundo o padre Montoya além dos ataques portugueses às reduções jesuíticas, havia outros problemas que fragilizaram a manutenção das missões como insurreições, fome, doenças

e conflitos intertribais (MONTEIRO, 1992, p. 490).

A partir de 1624 surgiram as reduções de São Francisco Xavier (1624), São José (1625) e Nossa Senhora da Encarnação (1625) às margens do rio Tibagi. Em seguida surgem as reduções de São Paulo do Iniaí (1627), São Miguel (1627), Sete Arcanjos (1627), São Pedro (1627), Santo Antônio (1627), Nossa Senhora de Guanhos (1628), Nossa Senhora de Copacabana (1628), São Tomé (1628) e Jesus Maria (1628). Estas reduções surgiram próximas e num período de 3 anos em áreas favoráveis à agricultura (CORTESÃO, 1951, p. 209-235; CHMYZ, 1976, p. 76-89; LUÍS, 1980, p. 293-294). A tabela 1 está em acordo com as identificações das reduções jesuíticas apontadas nas Figuras 07 e 08.

Tabela 1 – Reduções Espanholas

Índice	Reduções Espanholas	Fundação
a	Santo Ignácio Mini	1610
b	São Paulo do Iniaí	1627
c	São Francisco Xavier	1624
d	Nossa Senhora do Loreto	1610
e	Nossa Senhora da Encarnação	1625
f	São José	1625
g	São Miguel	1627
h	Santo Antônio	1627
i	São Tomé	1628
j	Jesus Maria	1628
l	Santa Maria	1626
m	São Pedro	1627
n	Conceição de Nossa Senhora de Guanhos	1627
o	Sete Arcanjos de Taiaobá	1626
p	Ermida de Nossa Senhora de Copacabana	1628

Nas Figura 05 e 06 observa-se a indicação das reduções jesuíticas e os caminhos que interligavam os campos de do Alto Iguaçu e Curitiba com a vila de Sorocaba no mapa *Parte do Governo de São Paulo e parte dos Domínios da Coroa de Espanha* do século XVIII. Nesse mapa as reduções jesuíticas estão indicadas como destruídas. Além

disso, os caminhos indicados entre os campos de Curitiba e Sorocaba não são precisos quanto ao trajeto.

A População Guarani, as Reduções Jesuíticas e os Ataques Paulistas

O período da União Ibérica facilitou as entradas dos paulistas em território espanhol. Além das bandeiras para exploração de minas de ouro e aprisionamento de indígenas, algumas entradas paulistas se destinaram também ao contrabando da prata espanhola, notadamente aquela proveniente das minas de Potosi. A descoberta de riquezas minerais em Potosi em 1545 e o agrupamento de indígenas nas colônias espanholas e reduções jesuíticas acostumados com o trabalho na lavoura estimulou constantes entradas dos vicentinos em território espanhol (ELLIS JUNIOR, 1948, p. 50-52; LUÍS, 1980, p. 310-313; NEME, 1959, p. 58; TAUNAY, 1924, p. 37).

A mão-de-obra indígena era importante para manutenção da economia da capitania de São Paulo, pois estes eram essenciais para o trabalho no campo e para o transporte das mercadorias através da Serra do Mar. No início do século XVII, as entradas paulistas para interior do continente para escravizar indígenas se intensificaram na medida em que os Guarani da Lagoa dos Patos perderam o interesse na realização dos resgates, pois estavam abarrotados de ferramentas (MONTEIRO, 1992, p. 494; NEME, 1959, p. 250-251, p. 300).

Após a consolidação da ocupação da vila de São Paulo e o aprisionamento das etnias próximas ao território ocupado, o interesse paulista foi direcionado no século XVII para os guaranis que estavam agrupados nas missões jesuíticas em território espanhol. As incursões em território espanhol no atual Estado do Paraná ficaram marcadas devido à quantidade de aprisionamentos e à violência empregada pelos paulistas, descrita em carta ao governador geral do Brasil pelos padres jesuítas Justo Mancilla e Simão Maceta (MACETA; MANCILLA, 1922, p. 247; MONTEIRO, 1992, p. 492, 1994, p. 56-61; TAUNAY, 1925, p. 77).

Segundo padre Montoya a densidade populacional nas missões do Guairá e Tape era de aproximadamente 35 mil e 52 mil respectivamente, antes das invasões paulistas entre os anos 1628 e 1632 ((MONTEIRO, 1992, p.492). A bandeira comandada por Manoel Preto que era dividida em quatro companhias, dirigidas por Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros, Brás Leme e André Fernandes partiu da vila de São Paulo em 1628 visando o aprisionamento dos Guarani agrupados na província guairenha (TAUNAY, 1925, p. 79).

Segundo Monteiro (1992, p. 494) a pilhagem às reduções jesuíticas serviu para desenvolver a economia planaltina, estruturando a agricultura comercial através do reforço da mão-de-obra indígena. Esta abordagem é reforçada ao observar que a maioria dos sertanistas que participaram dos ataques às missões jesuíticas se voltaram em seguida para a cultivo do trigo, assentando-se em fazendas na região do planalto.

A Bandeira de Manuel Preto e seu Trajeto na Invasão à Província do Guairá em 1628 -1629

O trajeto aproximado da bandeira de Manoel Preto pode ser estabelecido através do documento apresentado pelos padres jesuítas Justo Mancilla e Simão Maceta ao governador geral do Brasil, Diogo Luiz de Oliveira em outubro de 1629. Segundo os jesuítas essa bandeira cruzou o rio Tibagi na direção dos Campos do Iguaçu onde

construíram paliçada em setembro de 1628 (MACETA; MANCILLA, 1922, p. 248-249).

Inicialmente, a bandeira de Manoel Preto aprisionou em setembro de 1628 indígenas da redução de Nossa Senhora da Encarnação que estavam trabalhando no campo de erva-mate. Após quatro meses, o ataque foi direcionado à redução de Santo Antônio e em março de 1629 os paulistas atacaram as reduções de São Miguel e Jesus Maria. Segundo o relato dos padres jesuítas, o ataque à redução de Jesus Maria não era esperado pela população dessa redução, devido à distância ao local onde os paulistas estavam instalados (MACETA; MANCILLA, 1922, p. 249-252).

Após os ataques mencionados, a população das reduções de Nossa Senhora da Encarnação, São Paulo, Sete Arcanjos e São Tomé abandonaram essas reduções. Observa-se através da sequência dos ataques paulistas às reduções jesuíticas e através da descrição pelos padres Justo Mancilla e Simão Maceta em relação à localização da paliçada paulista e ao trajeto do retorno à vila de São Paulo que a instalação da bandeira de Manuel Preto estava localizada no segundo planalto paranaense em uma posição mais ao norte nos campos do Iguaçu e médio Tibagi (MACETA; MANCILLA, 1922, p. 254-255; TAUNAY, 1925, p. 86).

Essa constatação se deve à proximidade entre a paliçada paulista e às reduções atacadas. Ressalta-se que a localização da redução de Jesus Maria estava ao sul, afastada das demais reduções atacadas. Isso Justifica a surpresa da população da redução de Jesus Maria em relação ao ataque dos paulistas, instalados mais ao norte, conforme indicado nas Figuras 07 e 08.

Não há relatos sobre o trajeto da ida da bandeira de Manuel Preto até os Campos do Iguaçu nas fontes primárias como Atas da Câmara de São Paulo, Inventários e Testamentos e no documento apresentado ao governador geral do Brasil pelos padres jesuítas.

Entretanto, a denúncia dos padres Justo Mancilla e Simão Maceta ao governador geral do Brasil descreve o caminho de volta da bandeira paulista com os indígenas aprisionados até a vila de São Paulo. Após cruzarem o rio Tibagi o trajeto até a vila de São Paulo foi “através de terrenos ásperos, rios, pântanos, lagunas e encostas”, fortalecendo a hipótese que o trajeto de volta teria ocorrido por terra, pelo caminho planaltino através da passagem do Itararé e em seguida através do traçado da Sorocabana, aproximadamente (MACETA; MANCILLA, 1922, p. 260; TAUNAY, 1925, p. 88).

A Bandeira do Capitão Matheus Grou e o trajeto pelo Ribeira de Iguape

Através do Inventário do bandeirante Luiz Ianes que foi realizado em janeiro de 1929 no sertão de Ibiaguira, nas cabeceiras do rio Ribeira consegue-se saber em parte o trajeto da bandeira do capitão Matheus Luiz Grou. Luiz Ianes era integrante da bandeira do capitão Matheus Luiz Grou, da qual também fazia parte o bandeirante Baltasar Gonçalves, ambos citados no Inventário de Luiz Ianes (INVENTÁRIOS, 1920, vol. 7, p. 431).

De acordo com o inventário de Jerônima Fernandes em agosto de 1630, seu marido Baltasar Gonçalves estava no sertão na companhia de Manuel Preto (INVENTÁRIOS, 1920, vol. 8, p. 235-237). Conclui-se que a bandeira de

Matheus Grou fez parte da bandeira de Manoel Preto no ataque às reduções do Guairá.

Pode-se observar na Figura 08, através dos dados fitogeográficas que a bandeira de Matheus Grou nas cabeceiras do rio Ribeira estava localizada nos Campos do Iguaçu, em uma posição mais ao sul da paliçada construída pelos demais integrantes da bandeira de Manuel Preto. (ELLIS JUNIOR, 1948, p. 128-131). Encontrava-se nas cabeceiras do rio Ribeira e, portanto, próximo dos Campos de Curitiba. Esse posicionamento poderia justificar a hipótese levantada por Basílio de Magalhães sobre a subida pelo rio Ribeira de Iguape até a província do Guairá (MAGALHÃES, 1978, p. 100).

Baseado no relato dos padres Justo Mancilla e Simão Maceta, verifica-se que o trajeto percorrido por parte dos membros da bandeira de Manoel Preto foi diferente do trajeto percorrido pela bandeira de Matheus Grou. Como a bandeira de Manoel Preto era dividida em quatro companhias, parte dos membros pode ter realizado o trajeto até os Campos do Iguaçu através da subida pelo rio Ribeira de Iguape; provavelmente um dos quatro corpos (NEME, 1959, p. 161).

O acesso pelo Rio Ribeira de Iguape e a Expedição da Comissão Geographica e Geológica

Através do Relatório da Exploração do rio Ribeira de Iguape e seus Afluentes elaborado pela Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo (CGG) em 1914, pode-se visualizar o acesso ao planalto através do rio Ribeira de Iguape, verificando os trechos navegáveis, os encachoeirados e onde o deslocamento precisa ser por terra.

Nas proximidades do município de Peruíbe a Serra do Mar (ou Serra de Paranapiacaba) recua, e torna à linha do litoral nas proximidades de Cananéia e Paranaguá. A Serra de Paranapiacaba é o divisor de águas entre a bacia do Ribeira e a bacia do Paranapanema, cujas águas correm para o interior, e as bacias hidrográficas litorâneas (COMISSÃO, 1914, p. 9).

No baixo Ribeira entre Iguape e Xiririca (atual Eldorado) o curso do rio percorre o vale fluvial, onde a inclinação é baixa, com características meândricas e grande sinuosidade. No médio Ribeira os vales são profundos e encaixados possibilitando a navegação até Iporanga. Entre Iporanga e o Porto Velho de Apiaí, localizado no município de Adrianópolis, a navegação é possível por meio de canoas, mas com dificuldades devido às corredeiras. O trecho entre o Porto Velho e Capela da Ribeira (atual município de Ribeira) a navegação por rio tornava-se difícil devido às corredeiras e trechos encachoeirados como a cachoeira de Varadouro, considerada grande obstáculo pelos guias locais (COMISSÃO, 1914, p. 7-8). O nome Varadouro, indica que aí poderia começar um varadouro por terra e tornar a entrar na água mais adiante.

O levantamento realizado pela expedição do CGG compreendeu 37 Km entre a foz do rio Itapirapuã (afluente do rio Ribeira) e Capela da Ribeira, em seguida, 79 km até Iporanga, compreendendo levantamentos no rio Pardo (afluente do rio Ribeira), 78 km entre Iporanga e Xiririca e 14 km entre Xiririca e Iguape, totalizando aproximadamente 208 km de calha do rio Ribeira de Iguape (COMISSÃO, 1914, p. 4).

O trecho entre Xiririca e Iporanga tem alguns trechos que oferecem mais dificuldade como as 20 corredeiras, dentre elas aquelas próximas aos ribeirões Batatais, Nhanguara e Ivaporunduva, onde mineraram ouro em meados do século XVII. Os práticos que sabiam navegar entre Xiririca e Porto Velho ou Porto de Apiaí eram chamados fragueiros. Dentre os fragueiros havia os tocadores das canoas e os vareiros que utilizavam varas para conferir o leito pedregoso e empurravam as canoas nos trechos das corredeiras e baixios, tanto na subida como na descida do rio (COMISSÃO, 1914, p. 7-8). O que indica que se fazia esse trecho por rio, apesar das dificuldades.

A partir de Iporanga rio acima chega-se à foz do rio Pardo, ribeirão Tatupeva, dentre outros, até alcançar o Porto Velho do Apiaí, onde o trajeto precisava ser por terra, em trechos, devido à dificuldade em transpor os trechos encachoeirados rio acima como a cachoeira do Varadouro. Após o cruzamento dos ribeirões Grande e Carumbé chegava-se à Capela da Ribeira (COMISSÃO, 1914, p. 7-8).

Os possíveis trajetos dos paulistas entre a Bacia do Ribeira e os Campos Curitibanos e do Iguaçu

O itinerário por terra dos paulistas nos séculos XVI e XVII entre o médio Ribeira, a região dos Campos e as cabeiras do Ribeira foi analisado tendo em vista os relatos históricos, a localização dos povos indígenas no período analisado, as possíveis áreas de mineração, as feições geográficas e a topografia do terreno, auxiliado pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Os relatos e os dados primários confirmam que a subida pelo rio Ribeira de Iguaçu era uma constante nos trajetos das bandeiras em direção ao interior do continente. Apoiando-se no relato da expedição exploratória da CGG realizada no início do século XX, quando os deslocamentos pelo vale do Ribeira ainda eram realizados através de canoas, sabe-se qual trecho era navegável e de onde possivelmente partiram as bandeiras por via terrestre.

A metodologia utilizada para a análise e determinação do traçado por via terrestre se baseou nas diretrizes de traçado aplicada pela engenharia de estradas (MONTEIRO FILHO, 1945, p.35-57; PEREIRA, 1958, p. 16-28). Assim, identificaram-se os pontos obrigatórios de passagem, os quais foram os balizadores para a determinação das diretrizes dos traçados.

Os pontos obrigatórios de passagem foram determinados através da análise topológica do relevo, através dos Princípios de Brisson (PEREIRA, 1958, p. 18-22), identificando-se as feições geográficas que ofereciam menor resistência para o deslocamento como gargantas, além dos vales e cumeadas com baixa declividade. Evitou-se as inclinações acima de 45 %, procurando maximizar os trajetos com baixas inclinações, utilizando como base o Mapa Hipsométrico (Figura 9) e Mapa de Declividades (Figura 10) da Bacia do Ribeira, auxiliado por um Modelo Digital de Terreno (MDT) da região. O MDT foi obtido a partir dos dados de curvas de nível para escala de 1:50.000, fornecido pelo portal *Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado do Paraná* (GeoPR).

Além disso, os dados históricos, geográficos e etnológicos foram utilizados como condicionantes a serem evitados ou aproximados na determinação dos traçados. Por exemplo, a região onde estava localizada a população Kaingang (Figura 11) foi certamente evitada devido às rivalidades entre os Kaingang e os Tupis que

acompanhavam e auxiliavam os paulistas. Os possíveis locais de minas de ouro na subida do rio Ribeira de Iguape em áreas próximas à Iporanga, Apiaí e campos Curitibanos foram considerados como pontos obrigatórios de passagem (Figuras 03 e 04).

Obteve-se como resultado os traçados indicados nas Figuras 09 e 10. As diretrizes dos traçados encontrados indicam quatro possíveis pontos de partida da calha do Rio Ribeira de Iguape até as cabeceiras do Ribeira. A região próxima à calha do rio Ribeira tem grande declividade, devido a constituição geológica, suscetível ao efeito erosivo das chuvas orográficas, características nessa faixa do território. Assim, observa-se que as calhas dos afluentes da margem direita do Ribeira, oferecem passagem com menor declividade através de seus vales, como o Ribeirão Corumbé, o Ribeirão Grande, o Rio São Sebastião e o rio Pardo (conforme a Figura 10). A foz desses corpos d'água coincidem com os portos e vilarejos apontados pela expedição da CGG, no início do século XX. A localização da Capela da Ribeira e Porto Velho de Apiaí reforçam essa possibilidade.

Os traçados através dos ribeirões Corumbé, Grande e rio São Sebastião, tendem a seguir uma linha de cumeada que apesar das altitudes maiores, apresentam menor declividade, devido à maior resistência à erosão das rochas desse trecho. As Serras da Bocaina e Bocaiuva demarcam uma região formada por rochas menos suscetíveis à erosão, o que ocasionou a formação de relevo com grande altitude, mas com relativa baixa declividade (Figuras 09 e 10).

Outro traçado encontrado segue o vale do rio Pardo, à margem das encostas da Serra do Mar, passando pela Serra do Capivari até alcançar os campos de Curitiba. Após cruzar a faixa composta por rochas mais resistentes, o traçado segue a linha das cumeadas sem grandes obstáculos para o deslocamento.

O trajeto entre os campos de Curitiba e as cabeceiras do Ribeira não apresenta grandes dificuldades, pois segue um divisor de águas com baixa declividade, além de se tratar de uma região de campos, facilitando o deslocamento, conforme indicado na Figura 08.

Conclusões

Os relatos históricos, as condicionantes fitogeográficas, etnológicas e topológicas, alinhados à metodologia de traçados da engenharia de transporte, indicaram como possíveis os caminhos através dos campos de Curitiba e Iguaçu pelas bandeiras paulistas. O Sistema de Informação Geográfica e as ferramentas da Cartografia Digital possibilitaram o cruzamento dos dados levantados, alinhado com um banco de dados acessível e atualizado, fornecido pelos órgãos públicos.

Tendo em vista a grande quantidade de informações levantadas, há a necessidade de aprofundamento e detalhamento das diretrizes de traçado encontradas, através de escalas de maior detalhe.

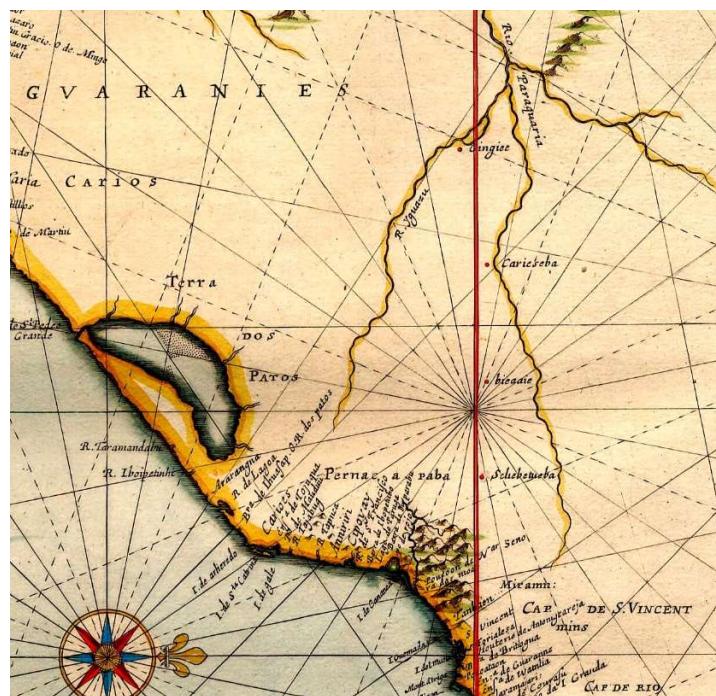


Figura 01 – Trecho do mapa portulano *Brasilia*, elaborado por Johannes Blaeu em 1667, com indicação de aldeias indígenas de Schebetueba, Biessae, Cariesaba e Giengie, descritas por Cabeza de Vaca e Ulrich Schmidel em suas expedições.¹¹⁴

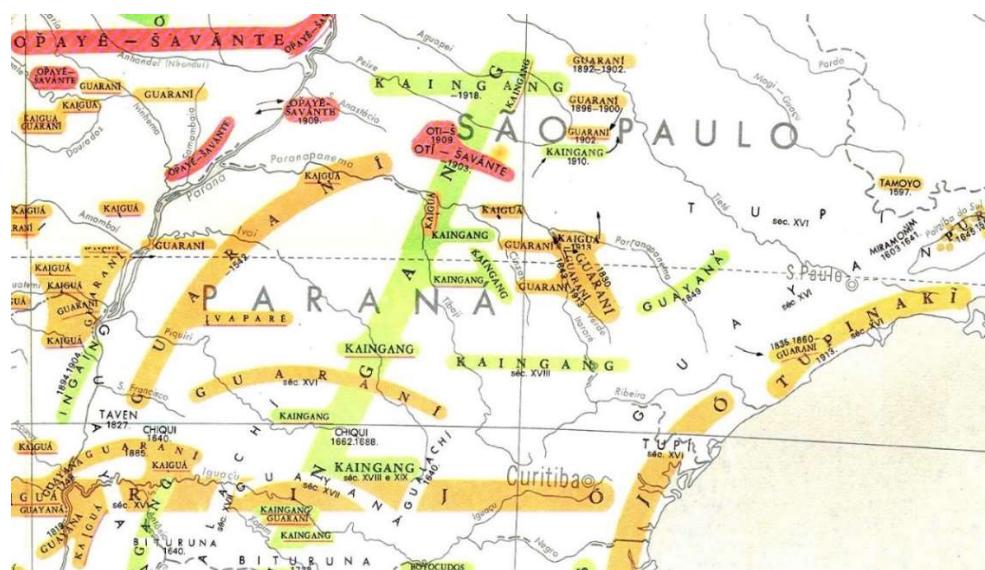


Figura 02 – Trecho do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. Detalhe da localização da população indígena nos Estados de São Paulo e Paraná, a partir do Mapa de Curt Nimuendajú de 1944.¹¹⁵

¹¹⁴ Fonte: Biblioteca General Histórica de la Universidad de Salamanca. Disponível em: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/10070>.

¹¹⁵ Fonte: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg.

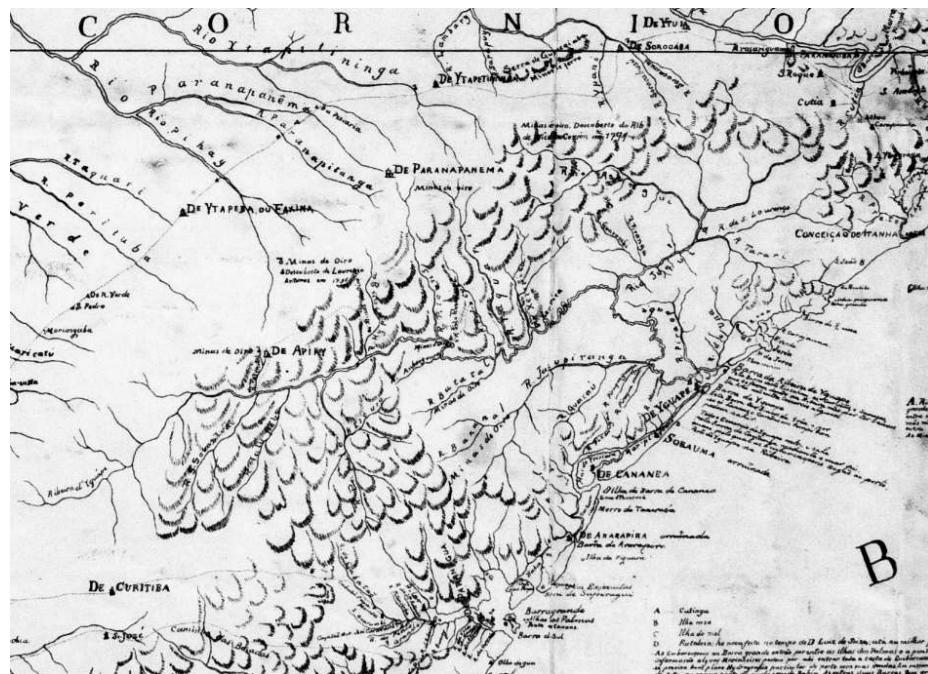


Figura 03 – Trecho do Mapa Corographic da Capitania de São Paulo, elaborado por Antônio Roiz Montezinho em 1792. Detalhe da com localização das minas de ouro da região compreendida entre Itu, Curitiba, cabeceiras do Rio Ribeira de Iguape e Itanhaém.¹¹⁶

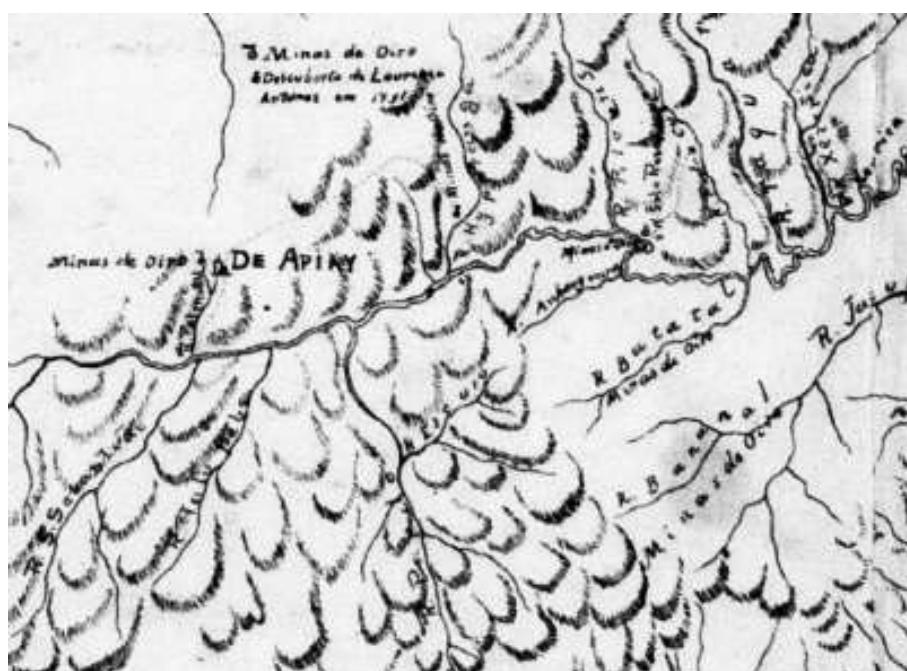


Figura 04 – Trecho do Mapa Corographic da Capitania de São Paulo, elaborado por Antônio Roiz Montezinho em 1792. Detalhe da com localização das minas de ouro no alto e médio Ribeira, entre Xiririca, Apiaí e Bacia do rio Pardo.¹¹⁷

¹¹⁶ Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP, Coleção João Baptista de Campos Aguirra. Disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/53/Mapa_Corographic_da_Capitania_de_S._Paulo_-1%2C_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP_%28cropped%29.jpg.

¹¹⁷ Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP, Coleção João Baptista de Campos Aguirra. Disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/53/Mapa_Corographic%C3%A3o_da_Capitania_de_S._Paulo_-1%2C_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP_%28cropped%29.jpg.



Figura 05 – trecho do mapa sertanista [Parte do Governo de Sam Paulo e parte dos Domínios da Coroa de Espanha] do século XVIII, entre a colônia espanhola de Vila Rica, os Campos do alto Iguaçu e Itanhaém. Detalhe das reduções jesuíticas e os caminhos que interligavam os campos do Iguaçu e Curitiba à vila de Sorocaba.¹¹⁸



Figura 06 – trecho do mapa sertanista [Parte do Governo de Sam Paulo e parte dos Domínios da Coroa de Espanha] do século XVIII. Detalhe com a localização das reduções Jesuíticas de São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Encarnação, São Miguel e São José e os caminhos que interligavam os campos de Curitiba e a vila de Cananéia à vila de Sorocaba.¹¹⁹

¹¹⁸ Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325602/cart325602.jpg.

¹¹⁹ Fonte: *Idem*.

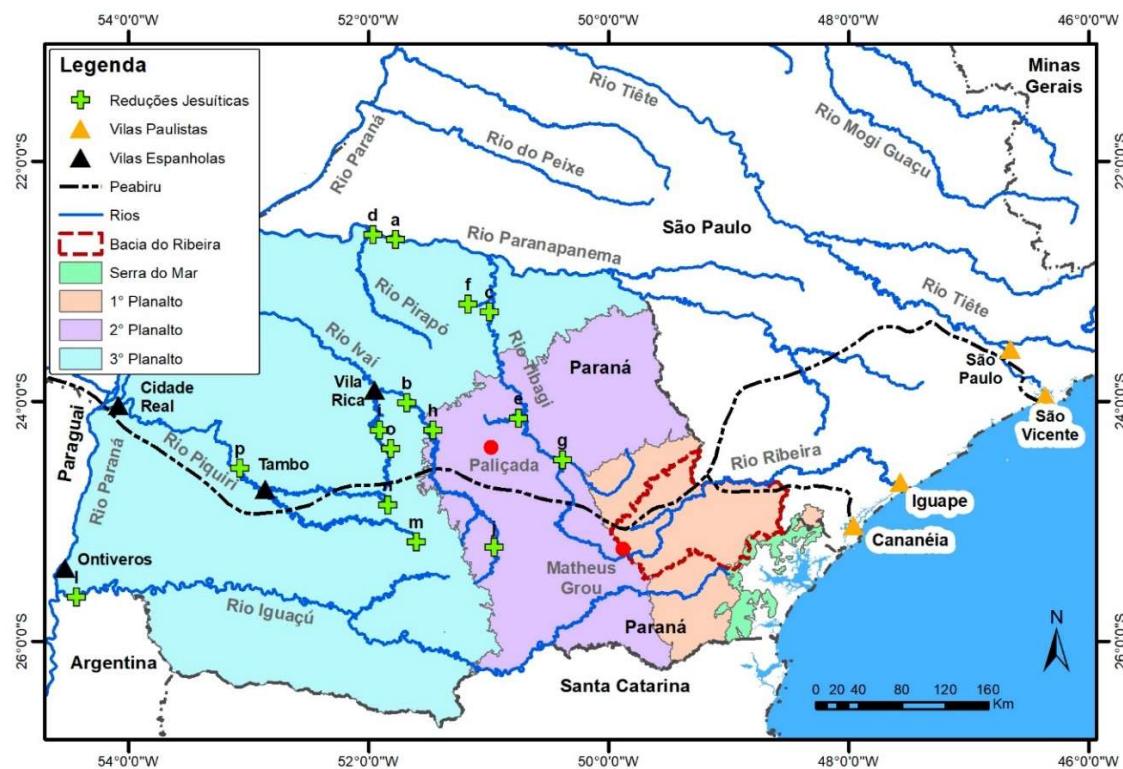


Figura 07 – A Bandeira de Manuel Preto, as Reduções Jesuíticas e o Relevo Paranaense.¹²⁰

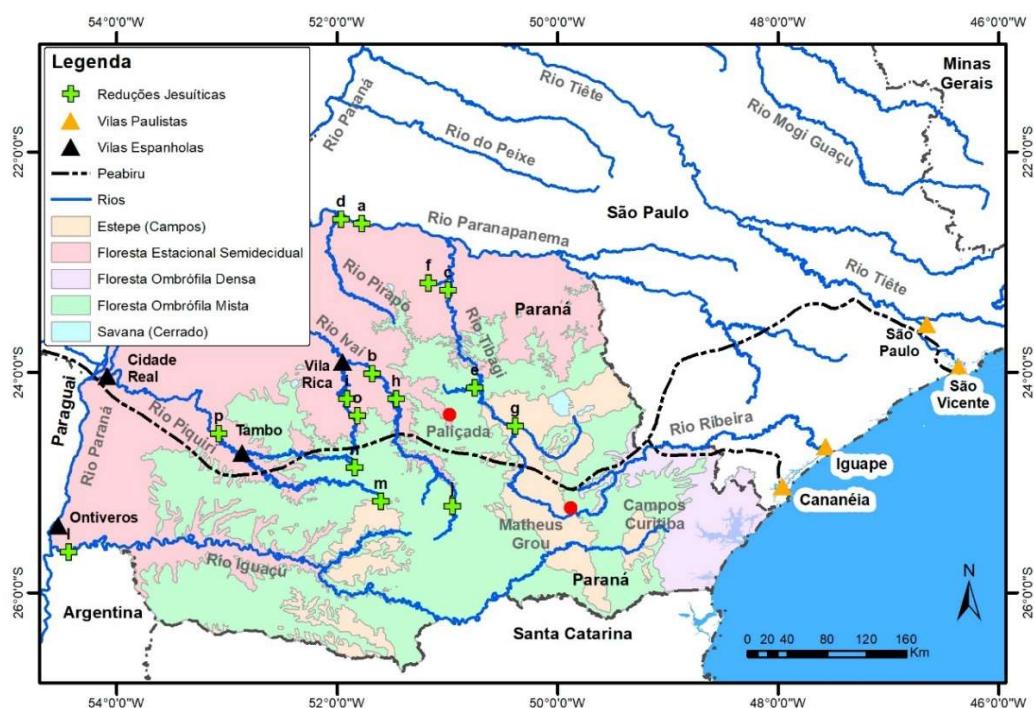


Figura 08 – A Bandeira de Manuel Preto, as Reduções Jesuíticas e a Fitogeografia Paranaense.¹²¹

¹²⁰ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado do Paraná – GeoPR. Disponível em: <https://www.geoparana.pr.gov.br/Pagina/Catalogo-de-Dados>. Os posicionamentos das vilas espanholas e reduções jesuíticas estão segundo CHMYZ (1976). O traçado do Peabiru está de acordo com o mapa Esboço do Itinérito de Ulrich Schmidl elaborado por Maack (2012).

¹²¹ Fonte: *Idem*.

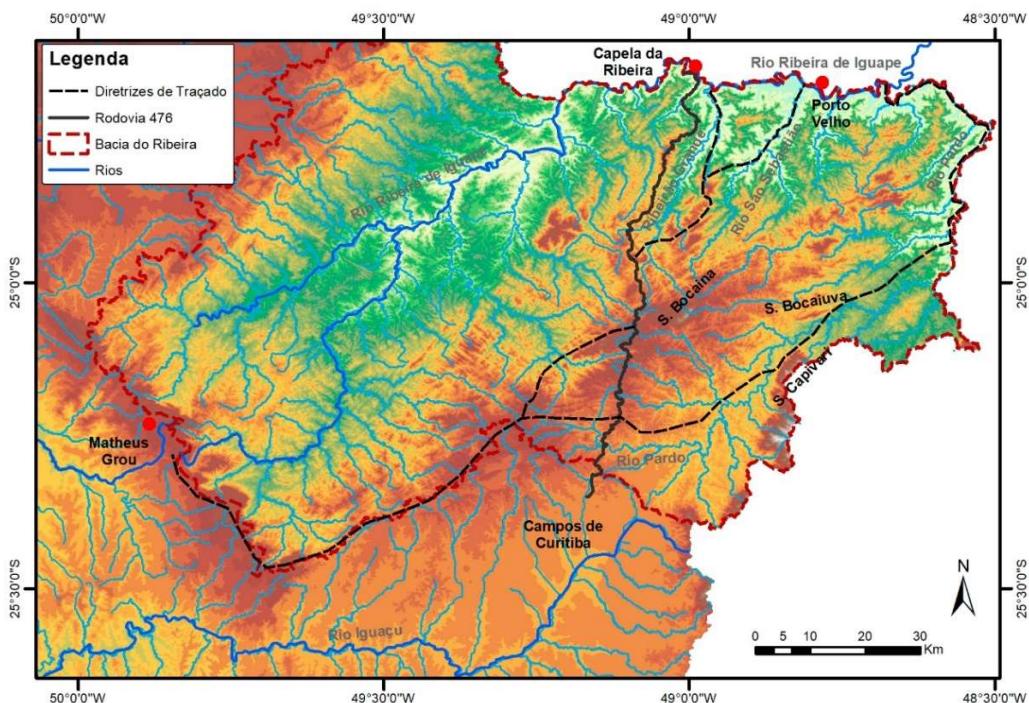


Figura 09 – A Bandeira de Matheus Grou, Diretrizes de Traçado e a Hipsometria da Bacia do Ribeira.¹²²

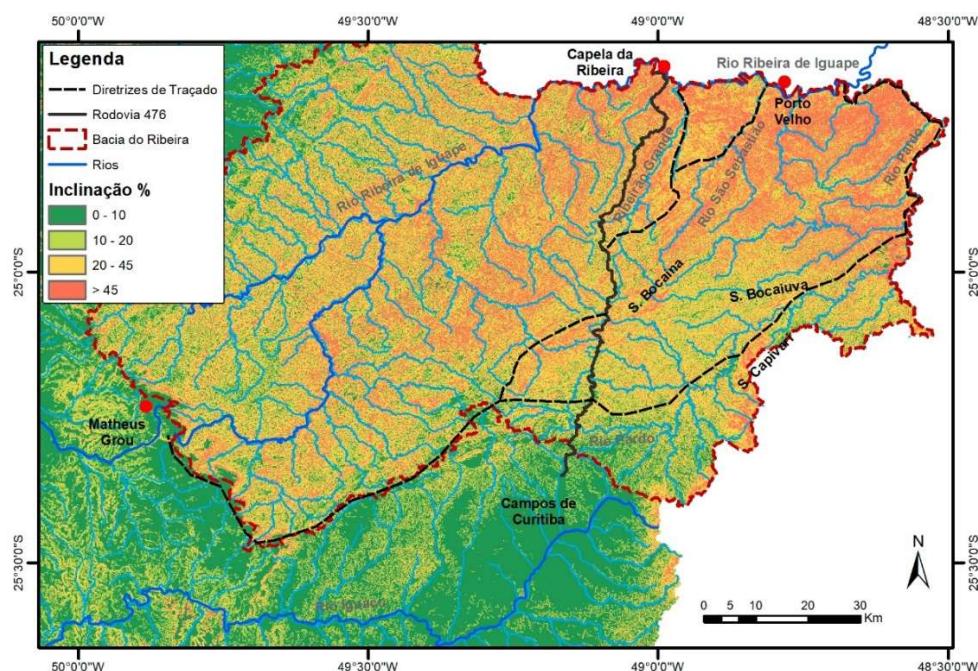


Figura 10 – A Bandeira de Matheus Grou, Diretrizes de Traçado e a Declividade da Bacia do Ribeira.¹²³

¹²² Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado do Paraná – GeoPR. Disponível em: <https://www.geoparana.pr.gov.br/Pagina/Catalogo-de-Dados>.

¹²³ Fontes: *Idem*.

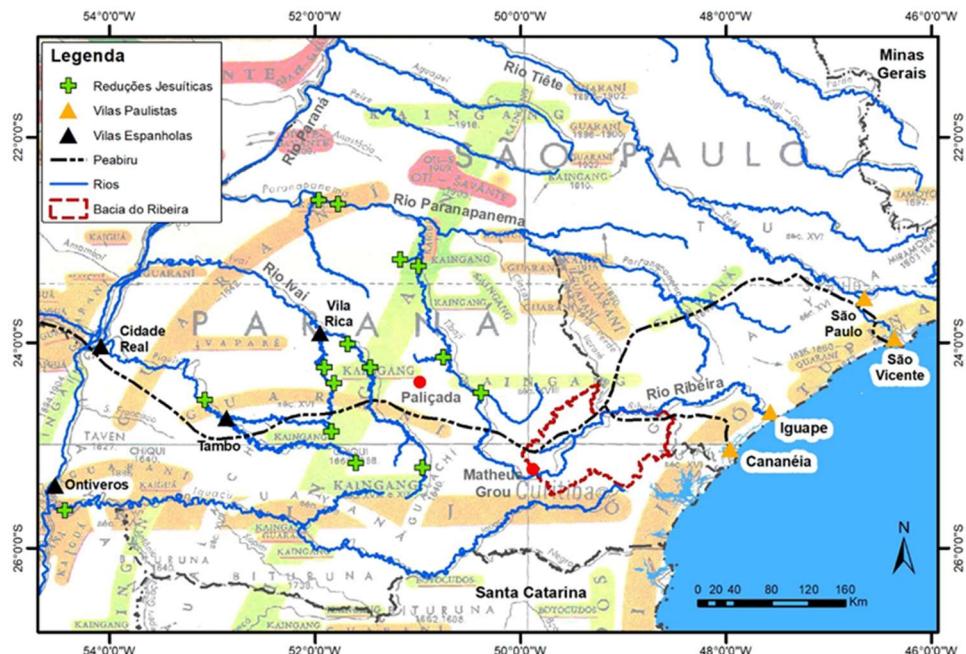


Figura 11 – A Bandeira de Manuel Preto, as Reduções Jesuíticas e as Etnias da População Indígena.¹²⁴

Referência Bibliográficas

- ANCHIETA, José. *Cartas jesuíticas: cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1933. 567 p.
- ACTAS da Câmara da Villa de São Paulo. São Paulo: 1596 – 1622. Publicação Oficial do Arquivo Municipal de São Paulo, v. 2, São Paulo, 1915.
- BERNAND, C; GRUZINSKI, S. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. São Paulo: EDUSP, 2006. 824p.
- BLAEU, Johannes. *Brasilia*. Amsterdam, 1667. 1 mapa, color, 4342 x 3198 pixels, 2,99 MB, jpg. Disponível em: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/10070>. Acesso em: jan. 2024.
- CABEZA DE VACA, Álvar Nunes. *Naufrágios & Comentários*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e sua Legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.
- CHMYZ, Igor. *Arqueologia e história da Vila Espanhola de Ciudad Real do Guairá*. Cadernos de Arqueologia, Paraná, no. 1, p.7-103, 1976.
- COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLÓGICA (São Paulo, SP). *Exploração do Rio Ribeira de Iguape*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild, 1914. Disponível em:

¹²⁴ I Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú – Mapa Etno-Histórico, adaptado do mapa de Curt Nimuendajú de 1944. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Animuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg.

https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutogeologico/wp-content/uploads/sites/233/2019/02/Exploracao_do_Rio_Ribeira_de_Iguape_1914.pdf. Acesso em fev. 2023.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Meio século de bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 340 p. (Brasiliana, volume 181). Disponível em:

<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/265/1/181%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em nov. 2021.

_____. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes: Adaptado do Mapa de Curt Nimuendajú*. 1980. 1 mapa, color, 7608 x 8259 pixels, 28,8 MB, jpg. Escala 1:5.000.000. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg. Acesso em mar. 2020.

INVENTÁRIOS e Testamentos. Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo: Tipografia Piratininga, São Paulo, v. 7, 1920.

INVENTÁRIOS e Testamentos. Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo: Tipografia Piratininga, São Paulo, v. 8, 1920.

LUÍS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

MAFFEI, Lucy de Abreu; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *O ouro na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, t 20, p. 7 – 135, 1966.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MANCILLA, Justo; MACETA, Simão. *Relación de los Agravios que Hicieron los Portugueses de San Pablo, Saqueando las Aldeas que los Religiosos de la Compañía de Jesús Tenian en la Misión de Guairá y Campos del Iguazú*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, tomo I, 2^a parte, p.247-270, 1922.

MONTERIO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 300 p.

_____. *Os Guarani e a História do Brasil Meridional: Séculos XVI – XVII*. In: CUNHA, M. C. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. 611 p.

MONTEIRO FILHO, J. *Projeto das Estradas: primeira parte do curso de estradas de ferro e de rodagem*. Rio de

Janeiro: Editora Scientífica, 1945. 414 p.

MONTEZINHO, Antônio Roiz. *Mapa Corographico da Capitania de São Paulo*. 1792. 1 mapa, color, 67,50 x 98,50 cm, 5866 x 4120 pixels, 16,14 MB, jpg. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/53/Mapa_Corographico_da_Capitania_de_S._Paulo_-_1%2C_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP_%28cropped%29.jpg. Acesso em mar. 2020.

NEME, Mário. *Notas de Revisão da História de São Paulo: século XVI*. São Paulo: Editora Anhambi, 1959. 396 p.

[PARTE do governo de Sam Paulo e parte dos domínios da Coroa de Espanha]. [ca. 1740]. 1 mapa, color, desenho à tinta ferrogália, 51,50 x 71 cm, 8448 x 6064 pixels, 38,9 MB, jpg. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325602/cart325602.jpg. Acesso em jan. 2019.

PEREIRA, A. L. *Estradas, rodovias e ferrovias – projeto e construção*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1958. 600 p.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, M. C. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. 611 p.

SCHMIDEL, Ulrich. *História y Descubrimiento del Rio de la Plata y Paraguay*. Buenos Aires:Imprenta y Libreria de Mayo, 1881. Disponível em: <https://ia802708.us.archive.org/20/items/historiaydescub00herngoog/historiaydescub00herngoog.pdf>. Acesso em jan. 2022.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2008. 216 p.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal H. L. Canton, v.1, 1924.

_____. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal H. L. Canton, v.2, 1925.